PROJETO DE LEI N.º 5.671-A, DE 2013
(Do Sr. Andre Moura)

Altera o art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ratear o Auxílio-Reclusão aos dependentes de vítima de homicídio; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela rejeição deste e dos de nºs 8313/2014, 2788/2015, 3942/2015, 5623/2016, 9293/2017 e 5734/2016, apensados (relator: DEP. DIEGO GARCIA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.671, de 2013, de autoria do ilustre Deputado André Moura, propõe alteração ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, com vistas a ratear o auxílio-reclusão em partes iguais entre os dependentes do segurado recolhido à prisão e da família da vítima, desde que não recebam remuneração da empresa nem estejam em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

Em sua justificativa, o autor pondera que é injusta a falta de amparo do governo federal em beneficiar apenas a família de um criminoso, deixando os familiares das vítimas sem proteção social ou financeira alguma.

Em apenso, encontram-se os seguintes Projetos de Lei:

- 1) Nº 8.313, de 2014, de autoria do Deputado Diego Andrade que visa a “modificar o Auxílio-Reclusão e prever proteção aos dependentes de vítima de homicídio”. No caso específico, propõe que o auxílio-reclusão seja repassado integralmente à família da vítima quando for pago em virtude de reclusão de segurado que tenha participado de homicídio, tentativa de homicídio ou cujo ato criminoso tenha gerado sequelas irreversíveis ou parciais à vítima;
- 2) Nº 2.788, de 2015, de autoria do Deputado Alexandre Leite, que propõe que “caso o segurado recluso tenha causado vítima de morte ou de sequelas totais ou parciais, em consequência do ato que implicou sua reclusão, o auxílio-reclusão a que tiver direito será pago integralmente a sua vítima ou aos dependentes desta”;
- 3) Nº 3.942, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Barros, que visa “alterar o art. 80 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para limitar o recebimento do benefício auxílio-reclusão pelo período de seis meses”;
- 4) Nº 5.623, de autoria do Deputado Elizeu Dionísio, que “dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para vedar a concessão do auxílio-reclusão na hipótese de o

segurado não ter comprovado o recolhimento de dezoito contribuições mensais ou não comprovar dois anos de casamento ou união estável”;

- 5) Nº 5.734, de 2016, de autoria do Deputado Victor Mendes, que “propõe uma alteração na Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, para alterar a forma de acesso ao benefício do auxílio-reclusão e dá outras providências”, de forma que esse benefício seja concedido somente uma vez e pelo período máximo de 02 (dois) anos, contado da data de recolhimento à prisão; e
- 6) Nº 9.293, de 2017, de autoria do Deputado Francisco Floriano, que "altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o auxílio-reclusão".

As proposições tramitam em regime ordinário e foram distribuídas para a apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A extinção do auxílio-reclusão ou o repasse dos valores do benefício às vítimas do crime tem sido objeto de várias propostas em tramitação nesta Casa. Essas medidas surgem como resposta a um questionamento da sociedade que vê na concessão do auxílio-reclusão uma inversão de valores, pois o Estado daria um benefício financeiro a quem cometeu um crime, deixando a vítima e seus familiares desamparados.

De início, cabe apontar que não seria possível, por lei ordinária, destinar parte do auxílio-reclusão a vítima de um crime. Isso porque o público beneficiário foi previsto na Constituição, conforme o art. 201, IV, que dispõe:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

(...)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Ao estabelecer que os dependentes do segurado de baixa renda são os destinatários do auxílio-reclusão, a Constituição não deu margem para que a lei, a pretexto de regulamentar o benefício, viesse a estabelecer destinação diversa. Assim, somente por meio de proposta de emenda à Constituição seria possível atender ao objetivo visado. Registro que se encontram em tramitação nesta Casa duas proposições com este escopo, quais sejam, as PEC's nº 304, de 2013, e nº 37, de 2015.

Quanto ao mérito da proposta, há que compreender a lógica que levou o constituinte à manutenção do auxílio-reclusão no rol dos benefícios previdenciários. Conceitualmente, trata-se de um seguro social destinado aos dependentes do segurado que está sujeito ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado ou semiaberto. A concessão do benefício é devida nas mesmas condições da pensão por

morte, excetuando-se o requisito de que o segurado seja de baixa renda – isto é, que perceba mensalmente até R\$ R\$ 1.319,18, valor atualizado em janeiro de 2018 por Portaria do Ministério da Fazenda. Esse requisito de baixa renda é exigido para concessão do auxílio reclusão, mas não para a pensão por morte.

Além de ser observado esse limite de renda, o preso, no momento do recolhimento à prisão, há de estar na situação de segurado da previdência social, arcando com as devidas contribuições sociais ou no período de graça, previsto no art. 15 da Lei nº 8.213, de 1991.

Isso nos permite estabelecer as seguintes conclusões:

1) o titular do benefício não é o preso, mas os seus dependentes, seus familiares, que têm no auxílio-reclusão uma forma de manter os meios de sustento da família diante da impossibilidade de o segurado exercer atividade remunerada, devido à condição de preso;

2) o benefício tem natureza contributiva, isto é, não se trata de uma liberalidade do Estado, sendo que as pessoas contribuem para estarem cobertas do risco de, na sua ausência, a família ter um meio de prover suas necessidades financeiras.

Assim, destinar o auxílio-reclusão à vítima seria medida contrária à natureza de seguro social inerente a esse benefício, pois deixaria ao desamparo, sem suficiência de renda, os dependentes do segurado.

De acordo com dados do Boletim Estatístico da Previdência Social, em dezembro de 2017, foram pagos 47.522 auxílios-reclusão com valor médio de R\$ 998,58 e, portanto, seria esse o contingente de pessoas que poderiam ser afetadas caso houvesse alteração na destinação do auxílio-reclusão.

Registre-se, por sua vez, que a Proposição principal, bem como as Proposições nº 8.313, de 2014, e nº 2.788, de 2015, apensadas, não exigem que a vítima tenha vertido contribuições ao regime de previdência para fazer jus ao benefício, que deixaria, portanto, de ter natureza previdenciária e passaria a ter caráter indenizatório.

A seu turno, contra o argumento de que a família da vítima ficaria desassistida pelo Estado, importa registrar que os dependentes da vítima terão direito a benefícios previdenciários caso a vítima seja segurada da previdência social. Na hipótese de um homicídio ou de lesão corporal, por exemplo, os dependentes da vítima terão direito, respectivamente, à pensão por morte e auxílio-doença, observados os requisitos legais. Além disso, no âmbito da responsabilidade civil, será cabível indenização por danos materiais e morais em ação judicial proposta em face do sujeito que cometeu o crime.

As Proposições nº 3.942, de 2015; nº 5.623 e nº 5.734, de 2016, apensadas, tratam de alterações na Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, para, respectivamente:

- 1) limitar o recebimento do auxílio-reclusão a um período de seis meses;
- 2) estabelecer o recolhimento de dezoito contribuições mensais, aumentando o período de carência para ter acesso ao benefício, vinculando sua concessão à comprovação de dois anos de casamento ou união estável;

- 3) modificar a forma de acesso ao benefício do auxílio-reclusão, de forma que esse benefício seja concedido somente uma vez e pelo período máximo de 02 (dois) anos, contado da data de recolhimento à prisão.

Quanto a esses Projetos de Lei apensados à Proposição em análise, cabem os mesmos argumentos que apresentamos neste Parecer. Além disso, entendemos que, diante do pequeno número de beneficiários abrangidos por esse benefício, da divisão do benefício entre os dependentes do segurado e não para o próprio, as Proposições apensadas não reduzem o impacto financeiro previdenciário e podem levar a um agravamento da situação social dos dependentes do segurado, que encontram no auxílio-reclusão uma forma de manter os meios de sustento da família de baixa renda e justamente ter uma oportunidade de trilhar caminhos diversos do provedor da família. Deixar dependentes de baixa renda sem um sustento, é de certa forma facilitar a entrada, em especial, de crianças e jovens no crime para obter até mesmo o mínimo necessário para se alimentar.

Ademais, cabe destacar que o auxílio-reclusão, por se destinar a dependentes do segurado do RGPS, segue a mesma lógica das normas aplicadas à pensão por morte, que recentemente foram objeto de alteração por meio da Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, resultando na restrição da concessão desse benefício, especialmente para os cônjuges e companheiros, com repercussões, no mesmo sentido, também para o auxílio-reclusão.

Finalmente, o Projeto de Lei nº 9.293, de 2017, também apensado, busca assegurar que os dependentes do segurado preso em regime fechado ou semiaberto façam jus ao auxílio-reclusão ainda que o condenado passe a cumprir a pena em prisão domiciliar.

De acordo com o parágrafo único do art. 80 da Lei nº 8.213, de 1991:

“O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.”

A matéria, no entanto, está melhor detalhada na Instrução Normativa (IN) INSS/PRES nº 77, de 21 de janeiro de 2015, nos §§ 4º e 5º do seu art. 382:

“Art. 382.

§ 4º O cumprimento de pena em prisão domiciliar não impede o recebimento do benefício de auxílio-reclusão pelo(s) dependente (s), se o regime previsto for o fechado ou semiaberto.

§ 5º A monitoração eletrônica do instituidor do benefício de auxílio-reclusão não interfere no direito do dependente ao recebimento do benefício, uma vez que tem a função de fiscalizar o preso, desde que mantido o regime semiaberto ou a prisão domiciliar, observado o previsto no § 4º.”

Sendo assim, o previsto no Projeto de Lei nº 9.293, de 2017, apensado, já se encontra contemplado na legislação infralegal, o que torna dispensável a sua aprovação.

Portanto, reforço aqui que, embora a intenção seja de diminuir impacto previdenciário e reduzir uma aparente injustiça, os projetos em tela não conseguiriam fazer isso, seja devido ao pequeno número de benefícios concedidos, seja pela impossibilidade de se extinguir o mesmo por lei ordinária, seja pelo custo que se traria na diferenciação do auxílio-reclusão e da pensão por morte.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição do PL nº 5.671, de 2013; do PL nº 8.313, de 2014; dos PLs nºs 2.788 e 3.942, ambos de 2015; dos PLs nºs 5.623 e 5.734, ambos de 2016; e do PL nº 9.293, de 2017.

Sala da Comissão, em 29 de maio de 2018.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 5.671/2013, o PL 8313/2014, o PL 2788/2015, o PL 3942/2015, o PL 5623/2016, o PL 9293/2017, e o PL 5734/2016, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia. O Deputado Jean Wyllys apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Juscelino Filho - Presidente, Odorico Monteiro, Ságua Moraes e Miguel Lombardi - Vice-Presidentes, Adelson Barreto, Alan Rick, Alexandre Serfiotis, Antonio Brito, Antônio Jácome, Assis Carvalho, Benedita da Silva, Carlos Manato, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Conceição Sampaio, Darcísio Perondi, Dr. Jorge Silva, Eduardo Barbosa, Flavinho, Geovania de Sá, Geraldo Resende, Hiran Gonçalves, Jandira Feghali, Jean Wyllys, João Marcelo Souza, Jorge Solla, Leandre, Luciano Ducci, Mara Gabrilli, Mário Heringer, Norma Ayub, Padre João, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Rosângela Gomes, Toninho Pinheiro, Zenaide Maia, Afonso Hamm, Chico D'Angelo, Diego Garcia, Fabio Reis, Flávia Moraes, Giovani Cherini, João Campos, Laercio Oliveira, Marcus Pestana, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rôney Nemer, Sérgio Moraes e Veneziano Vital do Rêgo.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2018.

Deputado JUSCELINO FILHO
Presidente

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO JEAN WYLLYS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em exame, de autoria do Deputado André Moura, propõe alteração ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para estabelecer o rateio do auxílio-reclusão, em partes iguais, entre as famílias da vítima e do detento. Este PL Foi distribuído inicialmente às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sob apreciação conclusiva e em regime de tramitação ordinário.

O PL 5671/2013 é o projeto principal e a ele estão apensadas outras cinco proposições. Todas visam, por diferentes meios, restringir o benefício do auxílio-reclusão, quais sejam:

O PL 8313/2014, do Sr. Diego Andrade (PSD-MG) propõe repasse integral do benefício à família da vítima em caso de homicídio, tentativa de homicídio ou quando ocorrer sequelas irreversíveis ou parciais à vítima.

O PL 2788/2015, do Sr. Alexandre Leite (DEM-SP) propõe repasse integral à vítima ou dependentes desta no caso de o segurado recluso ter causado vítima de morte ou de sequelas totais ou parciais.

O PL 5734/2016, do Sr. Victor Mendes (PSD-MA) propõe limitar o recebimento do benefício ao período máximo de 02 (dois) anos.

O PL 5623/2016, do Sr. Elizeu Dionízio (PSDB-MS) propõe restringir a concessão do auxílio-reclusão, excluindo a hipótese de concessão por quatro meses ao cônjuge ou companheiro (a) no caso de não se comprovarem as 18 contribuições ou se o casamento ou união estável for inferior a 2 anos.

O PL 3942/2015, do Sr. Ricardo Barros (PP-PR) propõe modificar vincular o tempo de recebimento do benefício a um período mínimo de contribuições do segurado, considerando, ainda, o número de solicitações feitas. Sistemática similar ao seguro-desemprego. Por essa proposta, o auxílio-reclusão seria pago somente em três, quatro ou cinco parcelas e o tempo mínimo de contribuição seria de seis meses.

O relator, Deputado Diego Garcia, apresenta substitutivo em que:

- Exige comprovação de que o casamento ou a união estável tenha sido iniciado há mais de dois anos antes do recolhimento do segurado à prisão;
- Limita a concessão do benefício ao período de quatro a doze meses;
- Exige contribuição à Previdência mínima de seis meses.

Na última reunião desta comissão, em cinco de julho de 2017, foi solicitada vista conjunta dessas proposições pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Flavinho, Jean Wyllys e Deputadas Erika Kokay e Laura Carneiro.

É o relatório.

II. VOTO EM SEPARADO

A legislação vigente da Previdência Social no Brasil dispõe que o benefício do auxílio-reclusão é devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

Por determinação constitucional, o recebimento do benefício exige comprovação de baixa renda. Isso significa que a Previdência paga auxílio-reclusão somente aos dependentes do segurado que receba salário mensal inferior a R\$ 1.292,43.

Na justificativa do projeto principal, o Deputado André Moura argumenta que “o governo federal gasta por ano mais de R\$ 250 milhões para parentes de presos (...) apresento esse projeto com intuito de reconhecer e por entender que a falta de amparo do governo federal ao beneficiar apenas a família de um criminoso e deixando familiares das vítimas sem proteção social ou financeira alguma, não é justo”.

Autor de projeto apensado, o Deputado Diego Andrade afirma “entendemos que o auxílio reclusão funciona como um prêmio concedido ao culpado”.

O Deputado Alexandre Leite argumenta que, em março de 2015, foram pagos 43.967 benefícios, que custaram 36,4 milhões à Previdência; que não existe nenhum auxílio governamental destinado ao amparo das vítimas de crimes; que aumenta a criminalidade no país.

O Deputado Victor Mendes também destaca o objetivo principal de sua proposição: “o presente projeto de lei tem como objetivo reduzir a concessão do benefício do auxílio-reclusão”.

O Deputado Elizeu Dionizio segue na mesma linha e reitera em sua justificativa que “o auxílio-reclusão não tem o mesmo alcance social dos demais benefícios pagos pela previdência social, pois acaba por premiar aquele que cometeu crime, [e reconhece] ainda que os favorecidos sejam seus dependentes”.

Por último, o menos explicitamente preconceituoso é o Deputado Ricardo Barros. Segundo ele, “(...) há diversas proposições nesta Casa que visam extinguir o benefício. Optamos por medida menos extrema (...) tendo em vista a natureza previdenciária e, portanto, contributiva do instituto, é necessário conferir maior base atuarial ao benefício, de forma que se respeite a correlação entre as contribuições do segurado e o tempo de recebimento do benefício”.

Por sua vez, o relator constata que os destinatários do auxílio-reclusão são os dependentes do segurado e não a pessoa do preso; que o benefício tem natureza contributiva e não se trata de uma liberalidade do estado; e também que são pouquíssimos os presos que percebem o benefício.

Ele chega ainda a conclusões importantes, tais como:

1) "destinar o auxílio-reclusão à vítima seria medida contrária à natureza de seguro social inerente a esse benefício, pois deixaria ao desamparo, sem suficiência de renda, os dependentes do segurado";

2) "a proposição principal, bem como as apensadas, não exigem que a vítima tenha vertido contribuições ao regime de previdência para fazer jus ao benefício, que deixaria, portanto, de ter natureza previdenciária e passaria a ter caráter indenizatório";

3) "contra o argumento de que a família da vítima ficaria desassistida pelo Estado, importa registrar que os dependentes da vítima terão direito a benefícios previdenciários caso a vítima seja segurada da previdência social. Na hipótese de um homicídio, por exemplo, os dependentes da vítima terão direito à pensão por morte, observados os requisitos legais; e ainda

4) “no âmbito da responsabilidade civil, será cabível ação de indenização a ser proposta em face do sujeito que cometeu o crime”.

No entanto, apesar de todas esses pressupostos e conclusões, o Deputado Diego Garcia, em seu substitutivo, não propõe a criação de nenhuma indenização aos familiares de vítimas de crime e se limita a adotar uma fórmula de restrição do benefício, retrocedendo nas regras existentes.

Dito isso, resta evidente que o eixo condutor, o pano de fundo, de todas essas proposições é a ideia distorcida de que existe uma “bolsa-bandido”, que protege o crime, privilegiando criminosos em desfavor das vítimas do crime.

Isso não é à toa. É preciso considerar que circulam na sociedade inúmeras campanhas de ódio contra o auxílio-reclusão e, conseqüentemente, em favor do recrudescimento das punições.

Em razão da existência de uma Proposta de Emenda à Constituição, de autoria de deputada do PSC (partido de André Moura), que propõe extinguir o benefício, em 2015 a Câmara lançou em seu portal uma enquete sobre o assunto, que teve participação de quase 2 milhões de votantes, em que 95% opinaram pelo fim do auxílio, o que é um dado extremamente preocupante.

O Parlamento não deve se permitir legislar com base em preconceito e desinformação, tampouco por puro punitivismo ou com o objetivo de se aproveitar politicamente da alta rejeição ao sistema prisional e do sentimento de injustiça que cresce na sociedade.

Ora, é preciso registrar que os próprios autores dos projetos em análise não puderam deixar de reconhecer, em suas justificativas, que o auxílio é um benefício previdenciário instituído pela Constituição Federal; que, no Brasil, esse benefício não tem natureza assistencial; e que o objetivo principal é amparar a família de baixa renda da pessoa presa. Reconhecem, por alguma obrigação com a verdade, mas se propõem a legislar em sentido contrário.

A primeira questão que precisa ser discutida para rejeitar essa matéria é que, pelo princípio da individualização da pena, outras pessoas, além do condenado, não podem ser com ele apenadas. Em última análise, o que se pretende é punir os dependentes do segurado preso sob o argumento de que inexistente previsão legal de amparo efetivo do Estado às vítimas da criminalidade.

Isso é como se mirassem em um problema e acertassem em outro, bem diferente. Portanto, a primeira conclusão a que chegamos é que tornar a pena mais rigorosa, inclusive ultrapassando a pessoa do preso e alcançando sua família, é flagrantemente inconstitucional.

Além disso, destaco que as medidas propostas para restringir o benefício também não comprovam impacto orçamentário relevante. Esse apelo não se sustenta, visto que o auxílio-reclusão envolve apenas 0,1% de tudo o que o Estado gasta com o INSS.

O Governo de Michel Temer, cujo projeto de desmonte da Previdência Pública está sendo fortemente rechaçado na sociedade, enviou à Câmara em novembro último o PL nº 6.427, de 2016.

Esse projeto estabelece – entre outras restrições ao auxílio-doença, salário maternidade e aposentadoria por invalidez – carência de 18 contribuições mensais para a concessão do auxílio-reclusão e redução do seu valor de 100% para 70% do valor da aposentadoria a que teria direito a pessoa submetida à prisão. Com isso, o governo argumenta que economizará 170 milhões por ano.

Isso evidentemente sem considerar a fraude e a sonegação de empresas aéreas, bancos, redes de televisão, mineradoras, indústria de alimentos. É preciso registrar que os reais devedores da Previdência Social

acumulam uma dívida de R\$ 426,07 bilhões, segundo dados da própria Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, (PGFN). Contrastar essas cifras deixam nítido o quanto os “de cima” buscam apenar os “de baixo” e se valem, para isso, do preconceito e da discriminação.

Precisamos também considerar quem exatamente será prejudicado por essas medidas de retrocesso nos direitos previdenciários. Hoje, menos de 8% da população carcerária fazem jus ao benefício e, a despeito de representarem apenas 7% da de todo o sistema prisional, 64% dos benefícios do auxílio-reclusão são pagos às famílias de mulheres presas (mães solteiras em sua maioria), de acordo com dados do Departamento de Execução Penal (DEPEN).

Aliás, se considerarmos que quase 70% das mulheres presas foram enquadradas por tráfico, convém questionar quem diretamente seria a "vítima" a que muitos dos autores se referem para justificar as propostas de restrições.

Ou seja, em linhas gerais, na prática o que esse tipo de lei produzirá é tão somente a perversa redução de um benefício médio de 900 reais pagos a crianças e adolescentes (menores de 21 anos, conforme regramento da Previdência), filhos de mulheres presas por envolvimento com o tráfico, em sua maioria.

Reitero, portanto, que, além de serem inconstitucionais e discriminatórias, as proposições em tela são também ineficazes. Empobrecer ainda mais essas famílias não surtirá qualquer efeito positivo no combate à violência e à criminalidade, não ajudará em nada na ressocialização da presa, não garantirá amparo às vítimas e tampouco fará o Estado economizar grandes somas nas despesas da Previdência Social.

Na via inversa, prejudicar a subsistência de famílias pobres durante as etapas mais rígidas do cumprimento da pena do seu provedor ou provedora pode surtir efeitos negativos e imensuráveis, como, por exemplo, o aumento das possibilidades de envolvimento com o crime.

Em sua proposta de restringir o benefício ao limite máximo de doze meses (condicionado à contribuição de 24 meses), o relator argumenta que esse seria o tempo suficiente para que a família consiga "readequar os gastos à nova realidade de ausência abrupta do segurado recluso". Em que pese a demora na concessão, hoje o auxílio é pago independente do tempo de contribuição e enquanto durar a pena de recolhimento à prisão, razão pela qual não nos julgamos aptos a definir em quanto tempo uma família pobre consegue “readequar seus gastos”.

Ademais, a exigência proposta no substitutivo do relator de comprovação de casamento ou união estável por mais de dois anos não apresenta inovação, visto que já é regra vigente para concessão do benefício a cônjuge.

Por todo o exposto, pelo dever de legislar com base em dados verdadeiros e orientado pelos princípios constitucionais, em favor dos mais pobres, em defesa das famílias, dos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas, pelo não retrocesso, voto pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei 5.671, de 2013 e dos apensados nº 8.313, de 2014; nº 2.788 e nº 3.942, de 2015; nº 5.623 e nº 5.734, de 2016.

Deputado **JEAN WYLLYS**